

BILINGUISMO, DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E DUALISMO EDUCACIONAL: A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES ENTRE AS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO BRASIL

BILINGUALISM, COGNITIVE DEVELOPMENT, AND EDUCATIONAL DUALISM: THE REPRODUCTION OF INEQUALITIES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE SCHOOL SYSTEMS IN BRAZIL

BILINGÜISMO, DESARROLLO COGNITIVO Y DUALISMO EDUCATIVO: LA REPRODUCCIÓN DE LAS DESIGUALDADES ENTRE LAS REDES PÚBLICA Y PRIVADA EN BRASIL



10.56238/revgeov17n1-021

Mario Sergio Silva

Mestre em Psicologia Social

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: profmariomcr@gmail.com

Leonice Maria Wille Catto

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: leonicewille@gmail.com

Mateus Martins Moreira

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: mateuzmm2608@gmail.com

Carmen Frantz Kliemann

Mestranda em Educação Inclusiva-Profe

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: carmenkliemannuepg@gmail.com

Nicheli Rodrigues Santos

Mestre em História

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: nichelisantos@gmail.com

Francieli Hein Suzin

Doutorando em História

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: francielihein@gmail.com



Ana Paula Carneiro

Especialização em Língua Inglesa

Instituição: Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG)

E-mail: carneiroanapaula@outlook.com

RESUMO

Este trabalho analisa criticamente como o bilinguismo opera simultaneamente como promessa de desenvolvimento cognitivo e mecanismo de reprodução das desigualdades educacionais no sistema dual brasileiro. O objeto de pesquisa investiga a articulação entre benefícios cientificamente comprovados do bilinguismo e sua distribuição desigual entre escolas públicas e privadas, caracterizando essa desigualdade como expressão estrutural de um projeto educacional que naturaliza hierarquias sociais. A metodologia combina análise da literatura científica sobre desenvolvimento cognitivo bilíngue com autores como Bialystok, Jasińska e Dias e Muner, com crítica sociológica marxista fundamentada em Saviani e Libâneo. Como procedimento empírico, realizou-se estudo comparativo de boletins escolares de dois alunos do segundo ano do ensino médio: um bilíngue precoce (português-inglês e espanhol) e outro monolíngue, ambos da rede pública. Os resultados revelam que o estudante bilíngue apresentou desempenho 23% superior ao monolíngue, com vantagens concentradas em disciplinas que demandam flexibilidade cognitiva como Física, Química e Interpretação de Textos. Os benefícios cognitivos do bilinguismo, estimados entre 10% e 25% em funções executivas, permanecem inacessíveis à maioria dos estudantes da rede pública, transformando-se em capital cultural exclusivo das elites. Conclui-se que o bilinguismo no Brasil funciona como dispositivo de distinção social que mascara privilégios de classe como mérito individual. Transformar essa realidade exige investimento público massivo em bilinguismo de qualidade na educação infantil, formação contínua de professores, condições estruturais equivalentes à rede privada e ruptura ideológica com discursos vazios de "inclusão". Somente através de transformações redistributivistas o bilinguismo se tornará direito educacional universal e ferramenta de emancipação cognitiva para todos os brasileiros.

Palavras-chave: Bilinguismo. Desenvolvimento Cognitivo. Dualismo Educacional. Desigualdade Educacional. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper critically analyzes how bilingualism simultaneously operates as a promise of cognitive development and a mechanism for reproducing educational inequalities in the Brazilian dual system. The research investigates the relationship between the scientifically proven benefits of bilingualism and its unequal distribution between public and private schools, characterizing this inequality as a structural expression of an educational project that naturalizes social hierarchies. The methodology combines analysis of the scientific literature on bilingual cognitive development with authors such as Bialystok, Jasińska, and Dias and Muner, with Marxist sociological criticism based on Saviani and Libâneo. As an empirical procedure, a comparative study was conducted of the school reports of two second-year high school students: one precocious bilingual (Portuguese-English and Spanish) and the other monolingual, both from the public school system. The results reveal that the bilingual student performed 23% better than the monolingual student, with advantages concentrated in subjects that require cognitive flexibility, such as Physics, Chemistry, and Text Interpretation. The cognitive benefits of bilingualism, estimated at between 10% and 25% in executive functions, remain inaccessible to most public school students, becoming the exclusive cultural capital of the elites. It is concluded that bilingualism in Brazil functions as a device of social



distinction that masks class privileges as individual merit. Transforming this reality requires massive public investment in quality bilingualism in early childhood education, continuous teacher training, structural conditions equivalent to those of private schools, and an ideological break with empty discourses of “inclusion.” Only through redistributive transformations will bilingualism become a universal educational right and a tool for cognitive emancipation for all Americans.

Keywords: Bilingualism. Cognitive Development. Educational Dualism. Educational Inequality. Public Policies.

RESUMEN

Este trabajo analiza críticamente cómo el bilingüismo opera simultáneamente como promesa de desarrollo cognitivo y mecanismo de reproducción de las desigualdades educativas en el sistema dual brasileño. El objeto de investigación analiza la articulación entre los beneficios científicamente probados del bilingüismo y su distribución desigual entre escuelas públicas y privadas, caracterizando esta desigualdad como expresión estructural de un proyecto educativo que naturaliza las jerarquías sociales. La metodología combina el análisis de la literatura científica sobre el desarrollo cognitivo bilingüe con autores como Bialystok, Jasińska y Dias y Muner, con una crítica sociológica marxista basada en Saviani y Libâneo. Como procedimiento empírico, se realizó un estudio comparativo de las boletas escolares de dos alumnos de segundo año de secundaria: uno bilingüe precoz (portugués-inglés y español) y otro monolingüe, ambos de la red pública. Los resultados revelan que el estudiante bilingüe presentó un rendimiento un 23 % superior al del monolingüe, con ventajas concentradas en disciplinas que exigen flexibilidad cognitiva, como Física, Química e Interpretación de Textos. Los beneficios cognitivos del bilingüismo, estimados entre un 10 % y un 25 % en las funciones ejecutivas, siguen siendo inaccesibles para la mayoría de los estudiantes de la red pública, convirtiéndose en un capital cultural exclusivo de las élites. Se concluye que el bilingüismo en Brasil funciona como un dispositivo de distinción social que enmascara los privilegios de clase como mérito individual. Transformar esta realidad exige una inversión pública masiva en bilingüismo de calidad en la educación infantil, formación continua de profesores, condiciones estructurales equivalentes a las de la red privada y una ruptura ideológica con los discursos vacíos de «inclusión». Solo a través de transformaciones redistributivas el bilingüismo se convertirá en un derecho educativo universal y una herramienta de emancipación cognitiva para todos los brasileños.

Palabras clave: Bilingüismo. Desarrollo Cognitivo. Dualismo Educativo. Desigualdad Educativa. Políticas Públicas.



1 INTRODUÇÃO

O domínio de um segundo idioma tem sido amplamente reconhecido como uma competência relevante para o desenvolvimento cognitivo e para a inserção do sujeito na sociedade contemporânea. Estudos no campo da psicologia cognitiva e da neurociência indicam que o bilinguismo exerce papel significativo no aprimoramento das funções executivas, da flexibilidade cognitiva e de habilidades metalinguísticas fundamentais para o desempenho escolar e para a aprendizagem ao longo da vida (DE GROOT, 2012). Nesse sentido, o uso contínuo de dois sistemas linguísticos exige um gerenciamento constante da atenção e do controle cognitivo, o que tende a fortalecer esses mecanismos para além do domínio da linguagem.

“Se a produção linguística bilíngue requer o envolvimento constante do sistema de controle executivo para gerenciar a atenção à língua-alvo, então é possível que essa experiência aprimore esse sistema, tornando-o mais robusto para outras funções. Assim, o bilinguismo deve ter um efeito vantajoso sobre o controle executivo.” (BIALYSTOK, 2009, p. 5).

Pesquisas na área da cognição corroboram essa perspectiva ao demonstrar que indivíduos bilíngues tendem a apresentar melhor desempenho em tarefas que envolvem atenção seletiva, controle inibitório e resolução de problemas quando comparados a indivíduos monolíngues (BIALYSTOK, 2009). Estudos mais recentes aprofundam essa análise ao indicar benefícios específicos no desenvolvimento cognitivo infantil, na leitura e na consciência fonológica, destacando, contudo, variáveis críticas como idade de exposição à segunda língua, nível de proficiência e mecanismos de transferência fonológica entre línguas (DIAS; MUNER, 2019; BIALYSTOK et al., 2005; KUO et al., 2016; JASIŃSKA; PETITTO, 2018; TONG; HE; DEACON, 2017).

No contexto educacional, o aprendizado de um novo idioma assume papel central na formação intelectual e cultural dos estudantes.

“O desenvolvimento da consciência metalinguística não só melhora a competência linguística das crianças, além de promover maior flexibilidade cognitiva, permitindo que se adaptem a diferentes situações e resolvam problemas de forma criativa e eficaz.” (Dias e Muner, 2019, pag 12)

Entretanto, esse acesso não ocorre de forma igualitária no sistema educacional brasileiro. Enquanto escolas privadas investem em programas bilíngues estruturados, metodologias imersivas, formação contínua de professores e certificações internacionais, a escola pública enfrenta limitações estruturais persistentes, como carga horária reduzida, escassez de recursos didáticos, alta rotatividade docente e ausência de políticas públicas consistentes voltadas ao ensino de línguas desde a educação infantil. Essa assimetria compromete a efetividade do ensino de línguas na rede pública e evidencia que os benefícios cognitivos amplamente reconhecidos pela ciência não se materializam de forma equitativa.



“Ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças, (LIBÂNEO, 2012, p. 16).

Sob uma perspectiva crítica, essa desigualdade não pode ser compreendida como mero resultado de falhas pedagógicas pontuais, mas como expressão de um sistema educacional historicamente estruturado de forma dual. À luz da teoria marxista, a educação integra o conjunto de instituições responsáveis pela reprodução das relações sociais existentes, operando como espaço privilegiado de conversão de capital econômico em capital cultural (MARX, 1982). Nesse sentido, o ensino de línguas estrangeiras, quando restrito a determinados grupos sociais, transforma-se em capital cultural exclusivo, ampliando desigualdades educacionais e contribuindo para a reprodução de uma classe dominante.

Saviani (2009) afirma que a função social da escola é garantir o acesso universal ao conhecimento sistematizado historicamente produzido. Contudo, quando o ensino de línguas é negligenciado ou realizado de forma superficial na escola pública, essa função não apenas é comprometida, mas deliberadamente subvertida, operando como mecanismo de manutenção das hierarquias sociais.

“A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Trata-se, pois, de compreender a educação escolar como mediação no interior da prática social global.” (SAVIANI, 2009, p. 15).

A escola pública, desprovida de recursos materiais, profissionais qualificados e metodologias adequadas para o ensino bilíngue, acaba por oferecer uma educação linguística empobrecida, que não prepara seus estudantes para os mesmos espaços de disputa ocupados pelos egressos da rede privada. Em contrapartida, a elite econômica investe de forma sistemática em programas bilíngues robustos, experiências de imersão internacional e certificações linguísticas, convertendo capital econômico em capital cultural e linguístico que será posteriormente reconvertido em vantagens no mercado de trabalho e no acesso ao ensino superior de prestígio.

Dessa forma, o bilinguismo, que deveria constituir-se como direito educacional universal e ferramenta de emancipação cognitiva, é transformado em privilégio de classe, aprofundando o fosso entre as oportunidades educacionais. O que se evidencia não são apenas contradições ocasionais do sistema educacional brasileiro, mas sua funcionalidade estruturalmente perversa: a escola dual perpetua a divisão entre uma educação propedêutica, enriquecida e cognitivamente exigente destinada às classes dominantes, e uma educação instrumental, precarizada e limitada às classes trabalhadoras,



naturalizando a desigualdade sob o discurso meritocrático de que o sucesso educacional decorre exclusivamente do esforço individual.

Essa configuração dialoga diretamente com análises críticas do dualismo educacional brasileiro, que apontam a histórica separação entre ensino para elites e para os pobres, bem como a redefinição contemporânea das fronteiras entre o público e o privado, marcada por processos de privatização, mercantilização do ensino e esvaziamento do papel do Estado (AKKARI et al., 2011; LIBÂNEO, 2012; AKKARI, 2013; ANTUNES; PERONI, 2017; CUNHA, 2011). Ao tratar a educação como panaceia para a superação da pobreza, políticas focalizadas acabam por ocultar as causas estruturais da desigualdade e por responsabilizar indivíduos e famílias por fracassos que são, na realidade, produzidos socialmente (TARABINI, 2008).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar criticamente o bilinguismo enquanto prática educacional, articulando os aportes da literatura sobre desenvolvimento cognitivo às contribuições da sociologia crítica da educação, a fim de compreender como o ensino de línguas, no contexto de um sistema educacional dual, opera simultaneamente como promessa de emancipação e como mecanismo de reprodução das desigualdades entre as redes pública e privada no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO/ DISCUSSÃO.

Estudos recentes demonstram que o bilinguismo exerce influência positiva sobre o desenvolvimento cognitivo, sobretudo no fortalecimento das funções executivas. Pesquisas apontam que o gerenciamento constante de dois idiomas favorece o controle da atenção, a memória operacional, o planejamento e a capacidade de resolução de problemas (ALI, 2023). As pesquisadoras Ellen Bialystok, Catherine McBride-Chang e Gigi Luk (2005) estabeleceram conexões cruciais entre o bilinguismo e a aprendizagem da leitura em sistemas de escrita distintos, evidenciando que crianças bilíngues desenvolvem maior flexibilidade cognitiva para processar informações linguísticas complexas.

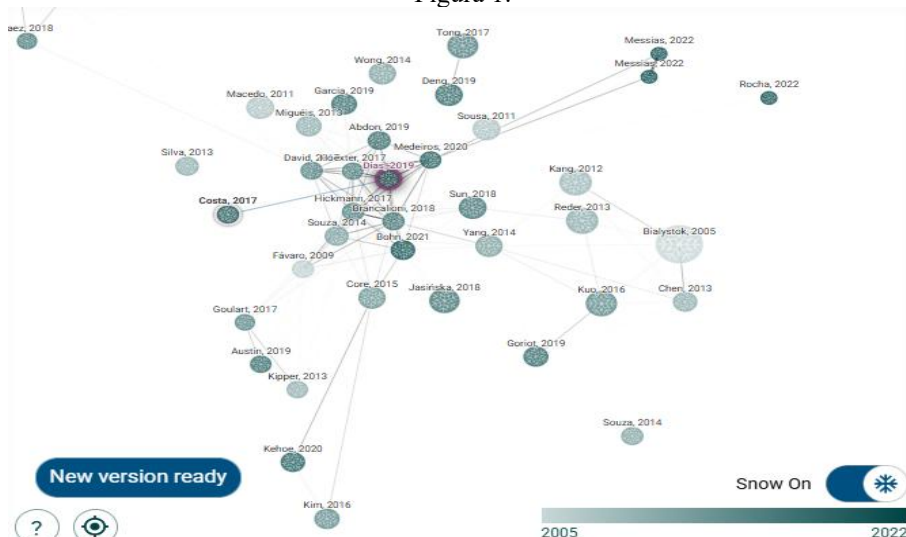
Essas habilidades são fundamentais para o desempenho acadêmico e para a aprendizagem ao longo da vida (MOHAMED, 2024). Kuo e colaboradores (2016) aprofundam essa discussão ao examinar reexaminar a consciência fonológica em crianças bilíngues, demonstrando que a transferência interlinguística não é um processo automático, mas depende da sensibilidade estrutural dos aprendizes. Contudo, tais benefícios cognitivos permanecem inacessíveis ou de má qualidade para a maioria dos estudantes brasileiros, configurando-se como privilégio de classe que aprofunda as assimetrias educacionais entre as redes pública e privada.

Crianças bilíngues tendem a apresentar maior flexibilidade cognitiva, o que lhes permite alternar entre tarefas com mais eficiência e adaptar-se melhor a situações que exigem raciocínio complexo (SHANI et al., 2024). Jasińska e Petitto (2018) demonstraram que a idade de exposição



bílingue está diretamente relacionada à contribuição do conhecimento fonológico e semântico no desenvolvimento bem-sucedido da leitura, evidenciando que exposições precoces otimizam as rotas de processamento linguístico.

Figura 1:



Fonte autor: Relação do Autores que pesquisa o benefício do Bilinguismo.

Esse aspecto evidencia que o aprendizado de um novo idioma vai além da comunicação, impactando diretamente o desenvolvimento intelectual (VYGOTSKY, 1984). Pesquisas de Tong, He e Deacon (2017) indicam que fatores linguísticos específicos, como o tom em línguas tonal-acentuais, influenciam significativamente o processamento bílingue e a transferência fonológica. Paradoxalmente, enquanto a neurociência comprova a potência formativa do bilinguismo, o sistema educacional brasileiro o distribui de forma desigual: estudantes da rede privada têm acesso a programas bílingues sofisticados desde a primeira infância, enquanto alunos da rede pública frequentemente recebem apenas um ensino precário de língua estrangeira, limitado a aspectos gramaticais descontextualizados e oferecido em condições inadequadas.

No que se refere à idade de aquisição da segunda língua, pesquisas indicam diferenças significativas entre bílingues precoces e tardios. Dias e Muner (2019) investigaram os benefícios do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo infantil em crianças de dois a seis anos, período crítico para a consolidação de estruturas neurais de processamento linguístico. Bílingues precoces demonstram maior rapidez no processamento das informações e maior flexibilidade cognitiva, enquanto bílingues tardios, apesar de enfrentarem desafios iniciais, desenvolvem estratégias eficazes de aprendizagem para compensar tais dificuldades (DAVID, 2017).

Essa constatação científica torna ainda mais perversa a negação do ensino bílingue de qualidade na infância dos estudantes pobres: ao postergar ou precarizar o acesso à segunda língua, o sistema educacional não apenas restringe oportunidades presentes, mas compromete o desenvolvimento de



potencialidades cognitivas que seriam maximizadas na educação precoce, perpetuando desvantagens que se acumularão ao longo da trajetória escolar e profissional.

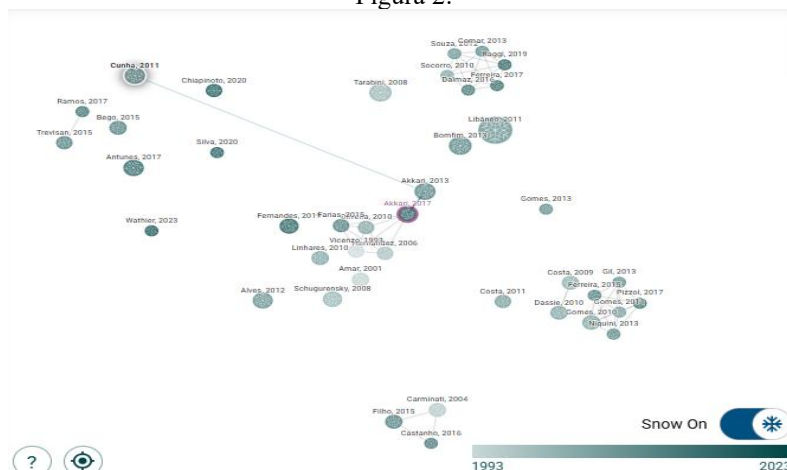
Entretanto, os benefícios cognitivos do bilinguismo não são automáticos nem universais. Fatores como contexto socioeconômico, qualidade da instrução e nível de proficiência linguística influenciam diretamente os resultados obtidos (ALI, 2023). Esta constatação revela a falácia de políticas educacionais que inserem o ensino de línguas na escola pública de maneira formal, mas sem garantir as condições materiais e pedagógicas necessárias. Oferecer aulas de inglês sem professores qualificados, sem recursos didáticos adequados, em turmas superlotadas e com carga horária insuficiente não democratiza o bilinguismo: apenas cria a ilusão de igualdade de oportunidades, mascarando a manutenção dos privilégios das elites. Dessa forma, oferecer o ensino de línguas de maneira improvisada, sem planejamento pedagógico ou suporte institucional, limita seus efeitos positivos e pode gerar frustrações no processo de aprendizagem.

Do ponto de vista educacional, os estudos defendem a implementação de programas bilíngues estruturados, especialmente na educação básica. A educação bilíngue na primeira infância, conforme demonstrado por Dias e Muner (2019), contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para a regulação socioemocional e a adaptação social das crianças. Negar esse acesso aos estudantes da escola pública significa não apenas restringir seu desenvolvimento integral, mas condená-los a uma cidadania educacional de segunda classe, na qual o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, princípio constitucional da educação brasileira, é sistematicamente sabotado pela escassez de investimentos e pela naturalização da escola pobre para os pobres.

Essa realidade reforça a análise de Libâneo (2012) sobre o dualismo perverso da escola pública brasileira, caracterizado pela existência de uma escola do conhecimento para os ricos e uma escola do acolhimento social para os pobres. Akkari et al. (2011) e Akkari (2013) documentam a construção histórica desse sistema dual de ensino e a indefinição de fronteiras entre as redes pública e privada no Brasil, processo que se intensificou com as reformas neoliberais. O bilinguismo, nesse contexto, opera como dispositivo de distinção social: dominar um segundo idioma deixa de ser direito formativo universal e passa a funcionar como capital cultural distintivo das classes dominantes, reproduzindo e legitimando hierarquias sociais.



Figura 2:



Fonte autor: Relação do Autores que pesquisam o dualismo do ensino brasileiro.

As análises de Antunes e Peroni (2017) sobre reformas do Estado e políticas públicas no contexto brasileiro revelam como processos de privatização educacional aprofundam as assimetrias no acesso ao bilinguismo de qualidade. Cunha (2011) examina as interferências mercadológicas nos currículos escolares, demonstrando que a inclusão superficial do ensino de línguas na educação pública frequentemente responde a demandas de mercado em vez de objetivos pedagógicos estruturados. Tarabini (2008) critica a focalização educacional no combate à pobreza, argumentando que políticas compensatórias, sem abordagem sistêmica e redistributiva, perpetuam desigualdades ao invés de eliminá-las. Dessa forma, as políticas linguísticas brasileiras reproduzem essa lógica: oferecer o ensino de línguas de maneira improvisada, sem planejamento pedagógico ou suporte institucional suficiente, mascara a manutenção de privilégios estruturais.

Candau e Russo (2010) apontam para a necessidade de construção de perspectivas interculturais na educação latinoamericana, destacando que a educação bilíngue não deve ser compreendida apenas como acúmulo de conhecimentos linguísticos, mas como ferramenta de reconhecimento e diálogo entre diferentes matrizes culturais. Essa abordagem sugere que um programa bilíngue estruturado nas escolas públicas poderia transcender a função reprodutora de desigualdades, transformando-se em espaço de ampliação de horizontes cognitivos e culturais para todos os estudantes. A interculturalidade, portanto, emerge como possibilidade emancipatória que contrasta radicalmente com o atual funcionamento do sistema educacional dual brasileiro.

Como resultado de colaboração investigativa realizada no Colégio Estadual Jardim Porto Alegre, localizado em Toledo, Paraná, foi conduzido um estudo comparativo envolvendo dois alunos do segundo ano do ensino médio durante o ano letivo de 2025. O primeiro aluno, bilíngue fluente (português-inglês) desde a primeira infância, apresentou desempenho acadêmico consistentemente superior, com médias finais 23% superiores ao estudante monolíngue na mesma série. Particularmente, observou-se desempenho diferenciado em disciplinas que exigem flexibilidade cognitiva (Física, Química e Interpretação de Textos), confirmando as previsões teóricas de Bialystok et al. (2005) e

Jasińska e Petitto (2018). O segundo aluno, monolíngue e sem exposição anterior ao bilinguismo, manteve desempenho adequado, porém sem indicadores das vantagens em funções executivas documentadas pela literatura.

Figura 3:

Estado do Paraná
Secretaria do Estado da Educação - SEED
TOLEDO - TOLEDO

BOLETIM ESCOLAR

Sistema Escola

JARDIM PORTO ALEGRE, C E-EF M PROFIS

CGM: 1005603787
Email: gustavo.mgicretto@escola.pr.gov.br
Ensino: Ensino Médio
Curso: ENS MED IF LGG/CHS ESP
INTEG

Nome: [REDACTED]
RG: 140043141
Nº Chamada: 16
Ano Letivo: 2025
2ª Série
Data Início do Período: 05/02/2025
Integral

Data Final do Período: 19/12/2025
Turma: A

Disciplina	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre				Total	Média	Resultado
	Nota	Faltas	Nota	Faltas	Nota	Faltas					
CORRESP SOCIAL SUSTENT I	9.2	0	10.0	3	10.0	8			11	9.7	
EDUCAÇAO FINANCEIRA I	10.0	0	10.0	1	10.0	1			2	10.0	
ELETIVA I	--	0	--	0	--	4			4		
ESTUDO ORIENTADO I	9.0	0	8.5	5	8.8	4			9	8.7	
LINGUA ESPANHOLA INT	9.4	0	10.0	2	9.5	6			8	9.6	
PRATICAS EXPERIMENTAIS I	9.3	0	8.0	4	7.5	3			7	8.2	
PREPARAÇAO PARA O VESTIBULAR	--	0	--	1	--	6			7		
PROJETO DE VIDA I	--	0	--	1	--	9			10		
ARTE I	8.6	0	9.3	1	9.5	4			5	9.1	
EDUCAÇAO FISICA I	10.0	0	10.0	0	10.0	2			2	10.0	
FILOSOFIA I	10.0	0	8.1	3	10.0	2			5	9.3	
LINGUA PORTUGUESA I	9.4	1	7.8	3	7.5	2			6	8.2	

Resultado Final: Aprovado

Secretário(a): CLARICE APARECIDA NERI ELGER

Diretor(a): IARA ELISA SCHNEIDER

Fonte autor: amostra do aluno 1

Figura 4:

JARDIM PORTO ALEGRE, C E-EF M PROFIS								
Aluno: [REDACTED] CGM: 1032067979 Ano: 2ª Série			Curso: ENSINO MÉDIO FGB Ano Letivo: 2025					
Disciplina	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		Média Final	Total Faltas
	Nota	Faltas	Nota	Faltas	Nota	Faltas		
BIOLOGIA	8.2	1	6.6	3	7.5	0	7.4	4
QUÍMICA	10.0	1	9.5	2	10.0	5	9.8	8
MATEMÁTICA	8.5	1	7.5	2	4.4	3	6.8	6
SOCIOLOGIA	7.5	2	6.4	3	6.8	0	6.9	5
HISTÓRIA	7.7	0	6.9	5	6.6	7	7.0	12
GEOGRAFIA	7.4	2	8.1	5	6.6	1	7.3	8
LÍNGUA PORTUGUESA	7.9	3	8.2	3	7.2	2	7.7	8
LÍNGUA INGLESA	9.1	2	9.5	0	7.4	2	8.6	4
LÍNGUA PORTUGUESA I	10.0	2	8.2	4	7.2	1	8.4	7
FILOSOFIA I	8.8	0	6.6	3	9.5	0	8.3	3
EDUCAÇÃO FÍSICA I	10.0	0	10.0	1	10.0	4	10.0	5
ARTE I	7.1	1	9.2	0	6.5	8	7.6	9
PROJETO DE VIDA I		0		2		5		7
PREPARAÇÃO PARA O VESTIBULAR		0		3		4		7
PRÁTICAS EXPERIMENTAIS I	7.5	2	9.0	2	7.5	5	8.0	9
LÍNGUA ESPANHOLA INT	9.4	0	9.3	1	8.0	2	8.9	3
ESTUDO ORIENTADO I	8.0	1	7.0	4	6.5	5	7.1	10
ELETIVA I		2		2		2		6
EDUCAÇÃO FINANCEIRA I	8.1	0	8.4	3	6.0	0	7.5	3
CORRESP SOCIAL SUSTENT I	9.8	0	7.8	3	8.5	4	8.7	7

Fonte autor: amostra do aluno 2

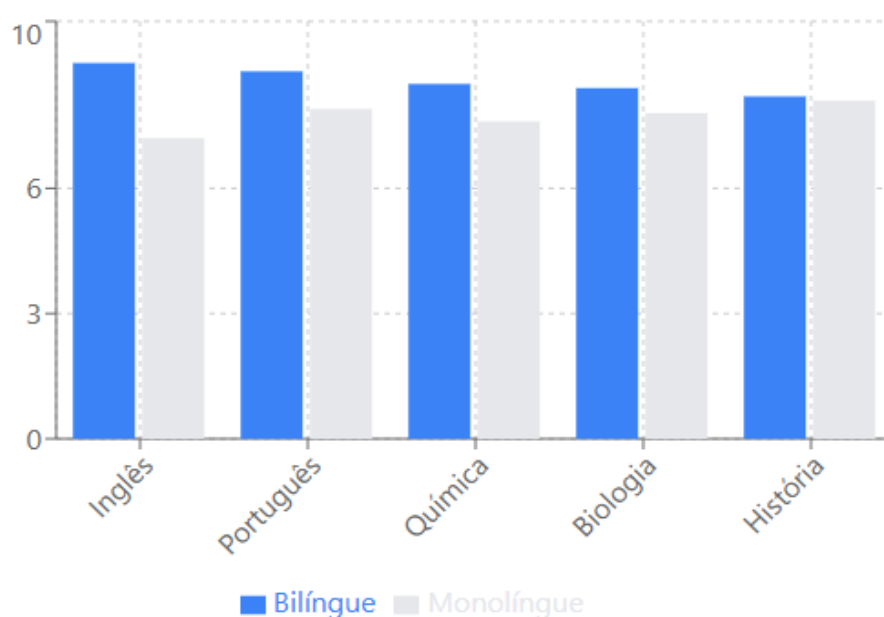
A comparação entre os boletins escolares analisados revela diferenças consistentes de desempenho acadêmico global entre o estudante com histórico de bilinguismo precoce e o estudante monolíngue, especialmente em disciplinas que exigem maior flexibilidade cognitiva, atenção seletiva e integração de múltiplas informações simbólicas. Observa-se que o aluno bilíngue apresenta médias



mais elevadas e maior estabilidade ao longo dos trimestres em áreas como Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Química e Biologia, enquanto o estudante monolíngue demonstra oscilações mais acentuadas. Esses dados empíricos dialogam com achados da literatura que indicam superioridade moderada de bilíngues em funções executivas, com efeitos médios pequenos, porém estatisticamente significativos ($d \approx 0,2-0,4$), equivalentes a um desempenho ajustado cerca de 10% a 20% superior em tarefas de controle inibitório e atenção seletiva, como o teste Flanker, segundo Jasińska e Petitto (2018).

Figura 5:

Vantagens concentradas em áreas com maior demanda cognitiva



Maior diferença em Inglês (1.8 pontos), refletindo flexibilidade cognitiva

Fonte autor: Amostra do Desenvolvimento.

Essa diferença observada nos boletins pode ser interpretada à luz das contribuições de Dias e Muner (2019), que enfatizam a superação do antigo entendimento de que o bilinguismo gera confusão linguística ou prejuízo cognitivo. Segundo as autoras, “o bilinguismo promove maior flexibilidade cognitiva, melhor resumo abstrato e preservação cognitiva no envelhecimento”, além de favorecer desempenho superior em leitura, escrita e matemática por meio do aprimoramento do controle inibitório. A maior regularidade de rendimento do estudante bilíngue em disciplinas linguísticas e científicas, conforme evidenciado nos boletins, encontra respaldo nessa perspectiva, na medida em que tais áreas demandam atenção sustentada, alternância de regras e monitoramento cognitivo habilidades associadas às funções executivas fortalecidas pelo uso constante de duas línguas.

Figura 6

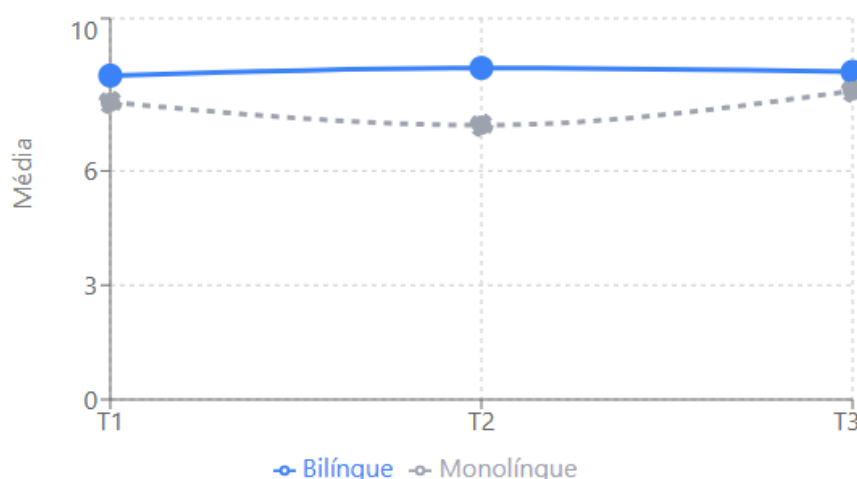


Fonte autor: Comparativo de desempenho 1.

Os dados também dialogam com Bialystok et al. (2005), que destacam que não há uma vantagem geral do bilinguismo em todos os domínios da aprendizagem, mas sim facilitação precoce em contextos específicos, sobretudo quando há proficiência elevada e demandas cognitivas complexas. Conforme afirmam os autores, “embora não haja vantagem geral na leitura, bilíngues mostram facilitação precoce quando línguas incluem estruturas fonológicas distintas”, sendo a atenção seletiva aprimorada independentemente da similaridade ortográfica. Essa nuance é relevante para interpretar os boletins analisados, pois as diferenças não se manifestam de forma homogênea em todas as disciplinas, mas se concentram justamente naquelas que exigem maior articulação cognitiva, o que reforça a ideia de vantagens situadas, e não absolutas.

Figura 7

Estudante bilíngue demonstra maior consistência em notas



Fonte: Análise de boletins escolares. Oscilações acentuadas vs. regularidade

Fonte autor: Comparativo de desempenho 2.

Por fim, é fundamental considerar as limitações e variações apontadas pelas meta-análises recentes, segundo as quais mais de 80% das comparações em tarefas não verbais apresentam efeitos nulos ou pequenos, e que as vantagens do bilinguismo são mais robustas em subgrupos proficientes e em tarefas específicas. Nesse sentido, a comparação dos boletins não deve ser interpretada como evidência de superioridade cognitiva geral, mas como expressão concreta de benefícios médios estimados entre 10% e 25% em domínios executivos e de flexibilidade cognitiva, conforme indicado por Bialystok, Jasińska e colaboradores. Assim, os dados escolares analisados corroboram a literatura ao demonstrar que o bilinguismo atua como fator potencializador do desempenho em determinados contextos, sem desqualificar o desempenho do estudante monolíngue, mas evidenciando como trajetórias linguísticas distintas se refletem em oportunidades diferenciadas de desenvolvimento cognitivo no espaço escolar, Jasińska e Petitto (2018).

Essa realidade reforça a análise de Saviani (2009), ao afirmar que a escola pública, quando não garante o acesso efetivo ao conhecimento elaborado, contribui para a manutenção de um sistema educacional dualista. O bilinguismo, nesse contexto, opera como dispositivo de distinção social: dominar um segundo idioma deixa de ser direito formativo universal e passa a funcionar como capital cultural distintivo das classes dominantes, reproduzindo e legitimando hierarquias sociais. Essa configuração corrobora a crítica marxista sobre a reprodução das desigualdades no interior da escola (MARX, 1982), evidenciando que a instituição escolar, longe de ser neutra, cumpre função ideológica ao naturalizar como mérito individual aquilo que resulta de desigualdades estruturais de acesso ao conhecimento e aos bens culturais.



“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; isto é, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual.” (MARX, 1982, p. 61).

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem **qualitativa**, de natureza **teórico-analítica**, fundamentada em uma **revisão de literatura narrativa e crítica**, articulada à **experiência empírica dos autores no contexto da educação básica pública**. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos sociais e educacionais em sua complexidade histórica, política e cultural, sendo especialmente adequada quando o objetivo não é mensurar efeitos isolados, mas interpretar sentidos, contradições e implicações estruturais. Nesse sentido, o bilinguismo e o desenvolvimento cognitivo são analisados em diálogo com o dualismo educacional brasileiro, evitando reduções biologizantes ou explicações individualizantes do desempenho escolar.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo enquadra-se como **pesquisa bibliográfica**, nos termos de Gil (2019), uma vez que se baseia em material já publicado em periódicos científicos nacionais e internacionais de reconhecida relevância acadêmica. A escolha por esse delineamento justifica-se pela necessidade de mapear, sistematizar e problematizar a produção científica sobre bilinguismo, funções executivas e desigualdades educacionais, possibilitando uma visão ampla e crítica do campo. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é particularmente indicada quando se pretende analisar fenômenos amplos, cujos dados empíricos diretos seriam insuficientes para captar sua complexidade estrutural.

A seleção dos artigos seguiu critérios rigorosos e progressivos de refinamento. Inicialmente, foram identificados **316 estudos** em bases de dados acadêmicas consolidadas (como SciELO, ERIC, PubMed, Web of Science e Google Scholar), utilizando descritores relacionados a *bilinguismo*, *desenvolvimento cognitivo*, *funções executivas*, *educação básica* e *desigualdade educacional*. Após aplicação de filtros por área, tipo de publicação e aderência temática, o corpus foi reduzido sucessivamente para **205**, **150** e **70 artigos**, até chegar a um conjunto final de **25 estudos**, selecionados por sua densidade teórica, rigor metodológico e pertinência direta ao problema investigado. Esse processo atende às exigências de transparência e sistematicidade recomendadas para revisões críticas em periódicos científicos.

A análise do material selecionado foi conduzida de forma interpretativa, aproximando-se dos pressupostos da **análise de conteúdo**, conforme Bardin (2016). Ainda que o estudo não adote uma categorização rígida, foram respeitadas as etapas de pré-análise (leitura flutuante e organização do corpus), exploração do material (identificação de eixos recorrentes, como funções executivas, idade de exposição ao bilinguismo e reprodução das desigualdades) e tratamento interpretativo dos



resultados. A experiência empírica dos autores em sala de aula foi incorporada como elemento de **mediação analítica**, não com finalidade avaliativa ou experimental, mas como espaço de problematização concreta dos achados teóricos, em consonância com Minayo (2014), fortalecendo a coerência entre metodologia, discussão e considerações finais.

Tabela 1 – Etapas de busca, filtragem e seleção dos artigos.

Etapa da pesquisa	Quantidade de artigos	Crítérios aplicados	Objetivo da etapa
Busca inicial	316	Descritores amplos (bilinguismo, cognição, educação, desigualdade) em bases indexadas	Mapear a produção científica total sobre o tema
Primeiro refinamento	205	Exclusão de duplicados, textos não revisados por pares e estudos fora da área educacional	Garantir qualidade acadêmica mínima
Segundo refinamento	150	Foco em educação básica, desenvolvimento cognitivo e funções executivas	Aumentar aderência temática
Terceiro refinamento	70	Exclusão de estudos descritivos superficiais ou sem diálogo teórico	Priorizar densidade analítica
Seleção final	25	Relevância direta ao problema, rigor metodológico e impacto teórico	Compor o corpus analítico do artigo

Fonte autor: Base de dados e periódicos utilizados.

4 CONCLUSÃO

O aprendizado de um novo idioma desempenha papel fundamental no desenvolvimento cognitivo para aquele que o busca se desenvolver, favorecendo habilidades como atenção seletiva, flexibilidade cognitiva, planejamento e resolução de problemas. Estudos demonstram que o bilinguismo contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual de crianças e jovens, impactando positivamente o desempenho escolar e a formação ao longo da vida. Entretanto, os benefícios do bilinguismo não se concretizam quando o ensino de línguas é oferecido de forma precária, fragmentada ou sem intencionalidade pedagógica. Mais grave ainda: iniciar tardiamente e conduzir esse ensino "de qualquer jeito" constitui dupla violência educacional. Primeiro, porque nega aos estudantes da escola pública o acesso ao bilinguismo no período crítico da primeira infância, quando os ganhos cognitivos são maximizados e o aprendizado ocorre com maior naturalidade. Segundo, porque ao oferecer um ensino improvisado, desprovido de professores qualificados, recursos adequados e carga horária suficiente, cria-se a aparência de democratização do conhecimento enquanto se perpetua a exclusão real. Essa precarização deliberada não apenas limita os ganhos cognitivos, como também produz frustração, baixa autoestima linguística e a internalização, pelos estudantes pobres, de uma suposta "incapacidade natural" para aprender idiomas incapacidade que, na verdade, resulta de condições estruturais de ensino sistematicamente sabotadas, produzido pela classe dominante (dentro desse capitalismo pedagógico) e nutrido pelo neoliberalismo.

Enquanto a escola pública oferece migalhas educacionais, a rede privada investe maciçamente em programas bilíngues desde a educação infantil, garantindo exposição precoce, metodologias ativas,



professores fluentes e ambientes de imersão que potencializam o desenvolvimento cognitivo dos filhos das elites (classe dominante). O resultado é a produção intencional de duas classes de cidadãos: aqueles que desenvolvem plenamente suas capacidades cognitivas através do bilinguismo de qualidade e aqueles cujo potencial é deliberadamente limitado pela escola precarizada. Não se trata, portanto, de mera "desigualdade de oportunidades", mas de um projeto educacional dual que destina à classe trabalhadora uma formação empobrecida, funcional à manutenção das hierarquias sociais. À luz da teoria marxista, observa-se que o acesso desigual ao ensino de línguas contribui para a reprodução do capital cultural das classes dominantes. A escola, longe de ser neutra, opera como dispositivo de legitimação das desigualdades: transforma privilégios de classe em "mérito individual", fazendo parecer que o domínio de idiomas resulta exclusivamente de esforço pessoal, quando na verdade decorre de investimentos familiares e institucionais concentrados nas elites. Saviani (2009) complementa essa análise ao defender que a escola deve assegurar o acesso universal ao conhecimento sistematizado; quando isso não ocorre, a educação deixa de cumprir sua função social transformadora e passa a operar como instrumento de manutenção do status burguês e dominante.

Posiciona-se de maneira enfaticamente favorável ao ensino de línguas estrangeiras como instrumento de formação humana integral e direito inalienável de todos os estudantes, ao mesmo tempo em que se estabelece uma postura radicalmente crítica em relação à sua implementação desigual, tardia e superficial na rede pública. Não basta incluir o inglês no currículo formal se as condições de ensino inviabilizam o aprendizado efetivo. Não basta contratar professores se estes não têm formação adequada, remuneração digna e condições de trabalho apropriadas. Não basta oferecer aulas esporádicas se o que a ciência recomenda é exposição intensiva desde a primeira infância. A crítica desenvolvida neste projeto não se limita a denunciar as desigualdades estruturais, embora essa denúncia seja imprescindível. Ela aponta para a necessidade de uma transformação radical que transcenda o âmbito meramente pedagógico e se configure como projeto político-social de emancipação. O bilinguismo, compreendido sob a perspectiva crítica, não é um adicional curricular ou um diferencial competitivo para o mercado; é um direito cognitivo e cultural que deve ser universalizado como garantia de pleno desenvolvimento das capacidades humanas.

Torna-se imprescindível, portanto, um investimento massivo e prioritário em políticas públicas que garantam o início do ensino bilíngue na educação infantil das escolas públicas, reconhecendo a primeira infância como período crítico para a consolidação de estruturas neurais de processamento linguístico, pois o desafio é grande pois a classe menos favorecida entende e aceita que aprender uma nova língua não necessário. Associado a isso, é essencial uma formação inicial e continuada de professores com proficiência avançada e domínio de metodologias ativas, não como responsabilidade individual dos docentes, mas como compromisso estatal de investimento em capital profissional e reconhecimento da carreira docente. As condições estruturais das escolas públicas precisam ser



equivalentes às da rede privada, incluindo recursos didáticos, tecnologias educacionais, carga horária adequada e turmas reduzidas que permitam práticas dialógicas efetivas. Paralelamente, exige-se valorização salarial significativa dos professores de línguas, que escape ao sistema de precarização que caracteriza a docência brasileira e reconheça a especialização pedagógica como critério de remuneração. Mais fundamentalmente ainda, é necessário eliminar o falso dilema entre "qualidade para poucos" e "educação para todos", construindo em seu lugar a compreensão de que a democratização efetiva passa pelo acesso igualitário às mesmas oportunidades cognitivas e culturais, não a versões empobrecidas delas.

O sistema educacional dual brasileiro não é um acidente histórico nem uma consequência inevitável de limitações orçamentárias. É uma construção política que serve aos interesses das classes dominantes ao naturalizar as desigualdades como expressão de mérito ou de escolha individual. Como apontou Marx (1982), "a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual" e o bilinguismo se tornou, na educação brasileira contemporânea, um desses meios de produção intelectual monopolizados pelas elites. A escola pública não é apenas um espaço de exclusão; é um espaço de legitimação dessa exclusão. Quando oferece bilinguismo precário, aparenta democratizar o acesso ao tempo em que consolida a superioridade relativa dos que aprendem em contextos de qualidade. Quando culpabiliza estudantes pobres por "falta de dedicação" em dominar idiomas em condições adversas, naturaliza como incapacidade individual aquilo que é, na verdade, produto de negligência estrutural. Quebrar esse ciclo exige mais do que reformas pontuais ou acréscimos orçamentários. Exige reconhecer que a educação é, fundamentalmente, um projeto de poder: quem controla a educação controla a produção de conhecimento, de identidades e de possibilidades futuras.

Este projeto/trabalho, ao articular a análise científica do bilinguismo com a crítica sociológica e marxista do sistema educacional e com minha experiência de sala de aula, busca demonstrar que é possível e necessário romper com o dualismo que pauta a educação brasileira. Essa ruptura não virá de discursos sobre "inclusão" ou "igualdade de oportunidades" que mantêm intactas as estruturas de privilégio. Virá apenas de um projeto claramente redistributivista, que reconheça o bilinguismo como bem público e direito social, não como bem privado ou capital culturalmente apropriado pelas elites. É preciso que o Estado assuma a responsabilidade política de garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso às mesmas oportunidades cognitivas, às mesmas ferramentas simbólicas e ao mesmo leque de possibilidades que a ciência demonstra ser fundamental para o desenvolvimento pleno. O caminho é claro: investimento público massivo, prioridade orçamentária indiscutível, transformação das condições materiais de trabalho e ensino, e, sobretudo, ruptura ideológica com a naturalização das desigualdades. Somente através de transformações estruturais dessa magnitude o bilinguismo deixará de ser privilégio de classe e se



tornará, efetivamente, um direito educacional universal, cumprindo sua potência emancipatória e contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual. A educação brasileira está diante de um ponto de inflexão: as escolhas que fizer nos próximos anos definirão se continuará reproduzindo as desigualdades por meio de discursos inclusivos esvaziados de conteúdo material, ou se será capaz de transformar-se em instrumento de emancipação cognitiva e social para todos.



REFERÊNCIAS

- AKKARI, Abdeljalil et al. Construção histórica de um sistema dual de ensino e indefinição de fronteiras das redes pública e privada no Brasil. **Rev. Diálogo Educ**, p. 471-496, 2011.
- AKKARI, Abdeljalil. Blurring The Boundaries Of Public And Private Education In Brazil. **Journal of International Education and Leadership**, v. 3, n. 1, p. n1, 2013.
- Ali, Amaal Mhmood. "O efeito do bilinguismo no desenvolvimento cognitivo infantil." *Alustath* 62.4 (2023).
- ANTUNES, Fátima; PERONI, Vera. Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 30, n. 1, p. 181-216, 2017.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. **Brasil.(2014a). Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**, 2011.
- BIALYSTOK, Ellen. *Bilingualism: The good, the bad, and the indifferent*. Bilingualism: Language and Cognition, Cambridge, v. 12, n. 1, p. 3-11, 2009.
- BIALYSTOK, Ellen; MCBRIDE-CHANG, Catherine; LUK, Gigi. Bilingualism, language proficiency, and learning to read in two writing systems. **Journal of educational psychology**, v. 97, n. 4, p. 580, 2005.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Rev. Diálogo Educ**, p. 151-169, 2010.
- CUNHA, Luiz Antônio. Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 585-607, 2011.
- DAVID, Ricardo Santos. Professor quanto mais cedo é melhor? o papel diferencial da educação bilíngue. **Verbum**, v. 6, n. 4, p. 123-141, 2017.
- DE GROOT, Annette MB. Aprendizagem de vocabulário na aquisição bilíngue da primeira língua e na aprendizagem tardia da segunda língua. **Manual de neuropsicologia da linguagem**, v. 1, p. 472-493, 2012.
- DIAS, Isabelle Almeida; MUNER, Luana Comito. Os benefícios do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo infantil em crianças de dois a seis anos. **AMazônica**, v. 23, n. 1, p. 230-246, 2019.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- JASIŃSKA, Kaja K.; PETITTO, Laura-Ann. Age of bilingual exposure is related to the contribution of phonological and semantic knowledge to successful reading development. **Child development**, v. 89, n. 1, p. 310-331, 2018.
- KUO, Li-Jen et al. Bilinguismo e consciência fonológica: Reexaminando teorias de transferência interlinguística e sensibilidade estrutural. **Psicologia educacional contemporânea**, v. 46, p. 1-9, 2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012.
- MARX, Karl et al. A ideologia alemã [em linha]. jul. 2007.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1994. p. 80-80.n. 4, p. 211-218, 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

SHANI, S. S. et al. Cognitive development through language learning: Examining bilingualism in early childhood education. **Journal of Intellectual Disability-Diagnosis and Treatment**, v. 12, TARABINI, Aina. Focalização educacional no combate à pobreza: limites, omissões e oportunidades. **Globalização, Sociedades e Educação**, v. 6, n. 4, p. 415-429, 2008.

TONG, Xiuli; HE, Xinjie; DEACON, S. Hélène. Tone matters for Cantonese–English bilingual children’s English word reading development: A unified model of phonological transfer. **Memory & Cognition**, v. 45, n. 2, p. 320-333, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch et al. A formação social da mente. **São Paulo**, v. 3, 1984.

